

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS

***Disclosure* voluntário das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito
goianas**

ANA FLÁVIA RESENDE ALVES

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, apresentado à Banca Examinadora como requisito de avaliação para a aprovação na disciplina TCC II, orientada pelo Professor Eduardo José dos Santos da FACE-UFG.

Goiânia – 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

***Disclosure* voluntário das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito
goianas**

ANA FLÁVIA RESENDE ALVES

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca Examinadora:

Prof. Me. Eduardo José dos Santos
(Orientador)

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha

Prof. Me. Alex Mussoi Ribeiro

Julgado em: Goiânia, 19 de julho de 2013.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é conhecer as práticas de *disclosure* voluntário das cooperativas de crédito de Estado de Goiás e criar um *ranking* de maiores níveis de evidenciação voluntária entre estas entidades. Para isso, utilizou-se como parâmetro para avaliação uma adaptação da métrica desenvolvida por Murcia et. al. (2009) composta por 6 categorias e 31 subcategorias. Utilizando a técnica de análise de conteúdo, a pesquisa foi realizada a partir das Demonstrações Financeiras, dos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 de 28 cooperativas filiadas ao sistema Sicoob. Os resultados indicam que poucas cooperativas evidenciam um número significativo de informações, enquanto a maioria se contenta apenas em cumprir o que é exigido por lei, e divulgando poucas informações de forma voluntária.

Palavras-chave: *Disclosure* voluntário; cooperativas de crédito.

ABSTRACT

The goal of this research is to know the voluntary disclosure practices of credit unions in the state of Goiás and create a ranking higher levels of voluntary disclosure between these entities. For this purpose, we used as an adaptation parameter for evaluating the metric developed by Murcia et. al. (2009) consists of 6 categories and 31 subcategories. Using the technique of content analysis, the study was conducted from the Financial Statements for the years 2008, 2009, 2010 and 2011 of 28 cooperatives affiliated to the system Sicoob. The results indicate that few cooperatives show a significant number of information, while most are content just to fulfill what is required by law, and disclosing little information voluntarily.

Keywords: Voluntary Disclosure; credit unions.

ÍNDICE

1. Introdução	6
2. Revisão Bibliográfica.....	8
2.1 Aspectos gerais das cooperativas.....	8
2.2 A ciência contábil e a evidenciação ou <i>disclosure</i>.....	11
2.3 As cooperativas e a governança corporativa.....	15
3. Metodologia.....	18
4. Resultados da Pesquisa.....	25
5. Considerações Finais.....	32
Referências.....	34

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo é focado nas Cooperativas de Crédito devido à expansão significativa que essa modalidade vem conseguindo. Entre 1994 e 2002 o número de cooperativas de crédito passou de 809 para 1443, esse crescimento acarretou aumento do número de associados, resultando no incremento de 507% no seu patrimônio líquido entre 1995 e 2002 e de 1.550% nos depósitos realizados no mesmo período (SILVA, PIRES, 2004 apud PINHEIRO, 2008, p. 31). Sobretudo, essas operações correspondem a uma fatia de apenas 2,26% do total de operações do Sistema Financeiro Nacional (PINHEIRO, 2008, p. 31), enquanto em países como a Alemanha, as cooperativas de crédito respondem por cerca de 20% de todo o movimento financeiro-bancário, com cerca de 15 milhões de associados. Estima-se que 25% dos norte-americanos sejam associados a uma cooperativa de crédito (MEINEN, 2002 apud PINHEIRO, 2008, p. 86). Tais comparações demonstram o potencial de crescimento desse tipo de entidade no Brasil, reforçando a importância de pesquisas nessa área, a fim de criar um ambiente favorável para a expansão do segmento.

No modelo cooperativista, o cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da instituição, esta exerce importante função a medida que promove o desenvolvimento econômico tanto dos associados quanto da comunidade que está inserida. Nesse tipo de entidade todas as operações são feitas pelos cooperados a preço justos, já que as cooperativas não têm fins lucrativos. Como a maioria das cooperativas está ligada a um determinado segmento que exerce a mesma atividade, ou grupo de pessoas de uma mesma região, todos os recursos depositados pelos cooperados acabam voltando para a comunidade, na forma de empréstimos para os cooperados e/ou financiamento das atividades do grupo, promovendo o desenvolvimento regional. Assim, como ferramenta de desenvolvimento social, merece estudos aprofundados a fim de expor a sociedade em geral aspectos relevantes sobre essa modalidade de instituição financeira.

Por promover o fomento da região em que foi constituída e não objetivar o lucro, as cooperativas são classificadas como atividade do terceiro setor, segundo a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, o Terceiro Setor é composto por: Associações; Fundações; Organizações Religiosas; Partidos Políticos; Organizações Sociais; Cooperativas;

Sindicatos; Serviços Sociais Autônomos; Conselhos Paritários. Mas vale ressaltar que esse conceito não é unânime, alguns autores enfocam que nas cooperativas há distribuição de sobras aos cooperados caracterizando-as como atividade econômica, assim, pertencentes ao Segundo Setor, também é dito que as organizações que integram o Terceiro Setor são as que não possuem legislação específica, excluindo assim as cooperativas. Entretanto, o que prevalece é que as cooperativas apresentam um modelo de desenvolvimento alternativo, fundado em princípios próprios, e sua finalidade não é o lucro e sim o desenvolvimento social.

Tradicionalmente, os princípios cooperativistas bem como as boas práticas de governança corporativa concordam no sentido de que os administradores devem ter o “desejo de informar” pois essa prática garantirá um clima de confiança entre os administradores e as partes relacionadas. Santos, et. al. (2008, p. 145) ressalta que:

Numa cooperativa, é fundamental os associados conhecerem com profundidade o andamento de suas atividades ligadas à entidade; afinal, a razão essencial de existência de uma sociedade cooperativa é a prestação de serviços aos seus sócios[...]

A evidenciação das informações contábeis é realizada com base num conjunto de leis, normas, instruções e recomendações que buscam propiciar um nível de *disclosure* apropriado aos usuários externos. Dessa forma, temos o seguinte problema: as demonstrações contábeis, como legítima fonte de informações aos usuários, atendem aos cooperados conforme exige os princípios cooperativistas e a norma contábil? Ou seja, qual o nível de *disclosure* das demonstrações que chegam até os cooperados?

O objetivo dessa pesquisa é verificar se os administradores de uma cooperativa cultivam esse desejo de informar, evidenciando, além do que é previsto por lei, informações voluntárias que colaboram para uma maior transparência, obedecendo então os princípios cooperativistas, as normas contábeis e as boas práticas de governança corporativa. Além disso, conhecer e divulgar as peculiaridades das entidades cooperativas, bem como seus valores de sustentabilidade e ética, e expor a importância da evidenciação contábil ou *disclosure* como indicador de credibilidade de uma instituição.

Para alcançar os objetivos, foi utilizado um parâmetro previamente estabelecido, a fim de enumerar as informações contidas nas demonstrações, e classificá-las num ranking conforme a presença de mais ou menos informações. A partir dos procedimentos metodológicos propostos, calculou-se índices para cada demonstração, conseqüentemente para cada cooperativa, onde foi possível fazer um diagnóstico das demonstrações com base na quantidade de informações voluntárias que as cooperativas decidiram evidenciar.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ASPECTOS GERAIS DAS COOPERATIVAS

A palavra cooperar vem do latim *cooperari* que significa ‘trabalhar com’, ou ainda ‘trabalhar junto’, para Young (2008, p. 17): “Cooperativa pode ser caracterizada pela interligação, sem visar lucro entre o tomador de serviços e os cooperados [...]”. O artigo 3º da Lei n. 5764, publicada em 16 de dezembro de 1971 que define a Política Nacional de Cooperativismo, nos dá seguinte redação: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

Santos, Gouveia e Vieira (São Paulo: Atlas, 2008, p. 21) ressaltam quatro características que, segundo eles, definem as cooperativas:

- Sociedade de Pessoas e não de capital: a cooperativa é constituída e representada pelas pessoas que a integram (associados), e não pela quantidade de capital social que os associados participam na cooperativa;
- Autogestão: a cooperativa é gerida democraticamente pelos associados, através de assembléias, em que cada associado tem direito a um voto, independentemente do capital integralizado por ele na cooperativa;
- Dupla Natureza (ou Identidade): a cooperativa tem uma natureza social e outra econômica, o cooperado é, ao mesmo tempo, dono e usuário da cooperativa.
- Propriedade Comum: a cooperativa é de propriedade conjunta de todos os associados, que aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento.

As cooperativas podem ser: de consumo, produção, crédito, mistas, de trabalho, habitacionais, agropecuárias, educacionais, médicas, especiais, minerais, de turismo e lazer entre outras.

Segundo Pinheiro (2008, p. 24), os primeiros registros de atividade cooperativista no Brasil são de 1889 em Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto contava com uma “caixa de

auxílios e socorros” para viúvas pobres de associados e sócios que caíssem na “indigência por falta absoluta de meio de trabalho”.

A função social que a cooperativa exerce, de promover o desenvolvimento econômico dos associados é o conceito que a maioria dos autores, e a legislação atribui ao cooperativismo. Isto se deve ao fato de que para as cooperativas serem caracterizadas como tal, essas sociedades devem ser estruturadas com base nos princípios que norteiam o cooperativismo que são:

- Adesão livre e voluntária: devem ser abertas a todas as pessoas, sem discriminação de sexo, nível social, raça, partidarismo político e religião, entretanto a adesão acarreta responsabilidades ao cooperado, a cooperativa deve garantir que esse cooperado esteja interado com a atividade da entidade, os valores cooperativistas, objetivos, estatuto e que esteja comprometido a cumprir suas obrigações como participar de reuniões, assembléias gerais, exercer o direito de voto etc.
- Gestão democrática e livre: devem ser controladas por seus membros que participam na formulação das políticas e nas tomadas de decisões igualmente, independentemente da quantidade da sua participação no capital social;
- Participação econômica dos associados: os associados devem contribuir para a formação do capital social da entidade, parte do patrimônio da entidade é de propriedade coletiva dos membros da cooperativa, as sobras são destinadas aos associados na proporção de suas transações com a cooperativa;
- Autonomia e independência: devem ser autônomas, de ajuda mútua, e controladas pelos seus membros, de modo que qualquer transação com outras instituições deve ser realizada assegurando-se o controle democrático da cooperativa pelos seus membros;
- Educação, formação e informação: devem promover a formação dos cooperados com o objetivo de integrá-los cada vez mais e melhor ao sistema cooperativista, diz respeito também ao dever de informar à população em geral sobre as vantagens do cooperativismo;
- Intercooperação: devem ser realizados trabalhos em conjunto no sentido de fortalecer o movimento cooperativista;

- Preocupação pela comunidade (responsabilidade social): deverão ser realizadas atividades que beneficiem a comunidade em que está inserida, no campo econômico, social e ambiental.

Pinheiro (2008, p.17) define as cooperativas de crédito da seguinte forma:

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Young (2008, p. 26) entende que essas entidades tem por fim a organização de um fundo, formado pelo capital dos sócios destinado a empréstimos pecuniários a seus associados ou a outras cooperativas.

No Brasil existem três tipos de cooperativas de crédito: as do modelo italiano Luzzati em que os associados são pessoas físicas em geral; as de Crédito Rural destinadas as pessoas físicas ligadas à atividade agrícola, pecuária ou pesca; e as de Crédito Mútuo onde somente podem se associar grupos de profissionais autônomos, funcionários de uma mesma empresa ou comerciantes de uma mesma atividade profissional (Silva e Pires, 2004).

As cooperativas de crédito podem ser de 1º, 2º ou 3º grau. As de 1º grau, também chamadas de singulares, são as que prestam serviços diretamente aos cooperados, e são filiadas às federações ou cooperativas centrais; as de 2º grau, que tem a função de integrar as cooperativas de 1º grau, facilitando a utilização de serviços em maior escala; as cooperativas de 3º grau ou confederações de cooperativas, objetivam orientar as federações ou cooperativas centrais em negócios que porventura alcancem um nível superior ao pretendido pelas federações. De acordo com dados do Banco Central, no Brasil o cooperativismo de crédito é dividido em 4 sistemas principais: Sicredi, Sicoob, Unicred e Ancosol.

As cooperativas de crédito integram o Sistema Financeiro Nacional e é de responsabilidade do Banco Central a autorização para o seu funcionamento, para isso deverão apresentar, entre outras condições, estudo de viabilidade econômico-financeira e plano de negócios, especificando a demanda do segmento social ou profissional que esta atenderá. É de incumbência também do Banco Central, a fiscalização desta atividade.

O cooperativismo de crédito no Brasil é regulamentado principalmente pela Lei n. 5764 de 16 de dezembro de 1971, pela Lei Complementar n. 130 de 17 de abril de 2009, e a Resolução do Banco Central n. 3859, publicada em 27 de maio de 2010.

Além dessas, deverão ser observadas ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC T 10.8 que refere-se especificamente às sociedades cooperativas, e as boas práticas de governança corporativa, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, conforme o art. 17 da resolução Bacen n. 3859:

As cooperativas de crédito devem observar política de governança corporativa aprovada pela assembleia geral, que aborde os aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização e controle, e que contemple a aplicação dos princípios de segregação de funções na administração, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 225) explica que a governança corporativa surge para superar o conflito de agência¹, ou seja as divergências entre os dirigentes e os proprietários da sociedade. Ainda assim nas cooperativas isso é suscetível de ocorrer, pois ainda que a direção seja composta pelos próprios membros eleitos democraticamente, a legislação permite que sejam contratados gerentes técnicos que não pertençam ao quadro societário, atribuindo-lhes funções de gerência dentro dessa sociedade.

2.2 A CIÊNCIA CONTÁBIL E A EVIDENCIAÇÃO (*DISCLOSURE*)

Entre os pesquisadores da ciência contábil, é unânime dizer que a principal função da contabilidade é de fornecer informações, “a toda pessoa física ou jurídica interessada no desempenho econômico-financeiro de determinada entidade, por exemplo: acionistas (cooperados); financiadores; credores; mercado como um todo.” (SANTOS et. al. 2008, p. 89). Os *stakeholders*, como são denominados pela administração, se valem das demonstrações contábeis como ferramenta para fundamentarem suas decisões.

¹ A Teoria da Agência relata de forma mais abrangente a possibilidade de divergência de interesses de acionistas e gestores, onde um tenta tirar proveito de vantagens advindas de uma posição privilegiada. (Amaral, Araújo e Lima. 2008, p.05)

Para que as demonstrações contábeis sejam de fato úteis, devem ser observados requisitos que as informações ali contidas possam cumprir sua função. Santos et. al. (2008, p. 92) destacam, especificamente para cooperativas de crédito, que a informação contábil devem conter características qualitativas como:

- Relação custo-benefício favorável, assim, o custo para gerar essa informação não deve ser maior que o benefício que ela trará.
- Inteligibilidade, ou seja, as informações devem ser compreendidas pelos usuários internos e externos, sobretudo, informações sobre assuntos complexos não devem ser excluídas devido a dificuldade de entendimento de certos usuários – *stakeholders*.
- Relevância, a informação contábil é relevante quando: faz diferença para a tomada de decisões – valor preditivo; confirma ou corrige expectativas e previsões – valor como *feedback*; está disponível antes que as decisões sejam tomadas – oportunidade.
- Confiabilidade, para ser confiável a informação deve possuir verificabilidade, neutralidade – ausência de viés e fidelidade de representação.
- Comparabilidade, é útil a informação contábil que permite comparar uma entidade a outras, devendo ser uniforme e consistente.

Observado esses critérios, a contabilidade se confirma como legítimo instrumento de tomada de decisões por parte dos associados a uma cooperativa, assim, torna-se imprescindível que essas informações sejam evidenciadas corretamente. A evidenciação contábil, tratada nessa pesquisa como sinônimo de *disclosure*, é a última fase do ciclo que compreende: reconhecimento, mensuração e evidenciação, significa mostrar as informações com clareza, transparência. Dantas et. al. (2004) trás em resumo que:

“a evidenciação (*disclosure*) contábil transcende o conceito de divulgação, estando relacionado também a capacidade de transmitir informações relevantes com qualidade, oportunidade e clareza, possibilitando a perfeita por parte dos usuários, da verdadeira situação que se pretende relatar, o que potencializará a capacidade de avaliação preditiva.”

A Lei 11.638/2007 e suas alterações dispõe sobre evidenciação das demonstrações financeiras em empresas de Capital Aberto, sobretudo, de acordo com Hoper et. al. (2010) além das informações evidenciadas obrigatoriamente têm-se observado que as empresas de capital aberto também vêm divulgando outras informações voluntariamente, como forma de se destacar e criar uma relação mais confiável com seus acionistas.

Várias pesquisas já foram publicadas acerca de “níveis de *disclosure*”, destaque para pesquisa desenvolvida por Santos e Murcia (USP, 2009) para avaliar o *disclosure* voluntário das empresas de capital aberto, Schultz, Hofer e Marques (UEOP, 2010) utilizou a mesma metodologia que Santos e Murcia, para comparar o nível de *disclosure* voluntário das cooperativas do ramo agropecuário com as empresas agropecuárias de capital aberto.

A principal dificuldade no processo de elaboração de uma medida para avaliar o nível de *disclosure* ou evidenciação de uma entidade é a definição das informações que se espera encontrar nas demonstrações contábeis. Enquanto o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa trás uma série de recomendações, que julga suficientes para a entidade obter uma boa evidenciação, ou bons níveis de *disclosure*, os normativos legais exigem que as cooperativas, bem como as outras sociedades civis, registrem suas atividades por meio das demonstrações contábeis, essas por sua vez devem ser elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, publicadas pelo CFC. No caso das cooperativas a NBC T 10.8 trás aspectos específicos que estas devem evidenciar por meio de notas explicativas:

1. Contexto operacional;
2. Principais atividades desenvolvidas;
3. Forma de apresentação das demonstrações contábeis;
4. Apresentação analítica dos principais grupos de contas, quando não apresentados no balanço patrimonial;
5. Investimentos relevantes, contendo o nome da entidade investida, número e tipo de ações/quotas, percentual de participação no capital, valor do Patrimônio Líquido, data-base da avaliação, resultado apurado por ela no

- exercício, provisão para perdas sobre os investimentos e, quando da existência de ágio e/ou deságio, valor envolvido, fundamento e critério de amortização;
6. Saldos (ativos e passivos) e transações (receitas e despesas) com partes relacionadas que não sejam associados, com desdobramento conforme a natureza das operações;
 7. Composição do imobilizado e diferido, valores respectivos das depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, taxas adotadas e montantes do período;
 8. Contingências existentes, com especificação de sua natureza, estimativa de valores e situação quanto ao seu possível desfecho;
 9. Composição da conta Capital Social, com número de associados existentes na data do encerramento do exercício do exercício e valor da quota-parte;
 10. Discriminação das reservas, detalhando sua natureza e finalidade;
 11. Critérios e forma de distribuição das sobras aos cooperados;
 12. Composição, forma e prazo de realização das perdas registradas no Ativo;
 13. Os ajustes de exercícios anteriores, quando relevantes, devem ser informados quanto à natureza e seus valores;
 14. Eventos subsequentes.

A NBC T 6, que trata da divulgação das Demonstrações e das Notas Explicativas, diz ainda que as informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares e/ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis propriamente ditas, e devem observar os seguintes aspectos:

- a) As informações devem contemplar os fatores de integridade, autenticidade, precisão, sinceridade e relevância;
- b) Os textos devem ser simples, objetivos, claros e concisos;
- c) Os assuntos devem ser ordenados obedecendo a ordem observada nas demonstrações contábeis, tanto para os agrupamentos como para as contas que os compõem;
- d) Os assuntos relacionados devem ser agrupados segundo seus atributos comuns;

- e) Os dados devem permitir comparações com os de datas de períodos anteriores;
- f) As referências a leis, decretos, regulamentos, normas brasileiras de contabilidade e outros atos normativos devem ser fundamentadas e restritas aos casos em que tais citações contribuam para o entendimento do assunto tratado na nota explicativas.

Assim, têm-se a princípio dois parâmetros de evidenciação ou *disclosure*: um *disclosure* mínimo compulsório, dado pelo que a Norma Contábil exige, e a partir daí um *disclosure* voluntário que contempla as boas práticas de governança corporativa.

2.3 AS COOPERATIVAS E A GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa envolve o conjunto das relações existentes entre as partes relacionadas de uma entidade, constituindo-se numa importante ferramenta de agregação de valor à Sociedade. (Santos, Gouveia e Vieira; 2008, p. 224). O IBCG, define da seguinte forma:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

Desse modo, a governança corporativa diz respeito a procedimentos que garantem que o funcionamento da entidade esteja de acordo com os valores que a conceberam. Assim, de acordo com o IBCG, uma entidade com boa governança corporativa é aquela que introduz em suas rotinas os procedimentos recomendados pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, fundamentados em 4 princípios básicos:

1. Equidade: tratamento igualitário das partes interessadas, como sócios, fornecedores, colaboradores, clientes.
2. Transparência: além da “obrigação de informar”, a administração deve cultivar o “desejo de informar”, já que a boa comunicação, espontânea, clara e franca,

resulta num sentimento de confiança tanto internamente quanto nas relações com terceiros.

3. Prestação de Contas: os agentes devem prestar contas de seus atos, e responderem por esses a quem os elegeu.
4. Responsabilidade pelos Resultados: os executivos que dirigem a entidade devem prezar pela longevidade da mesma, de modo que devem considerar ações que contemplem a comunidade que esta inserida.

Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 228) trás uma adaptação dos aspectos de governança corporativa às rotinas das Cooperativas. Em relação às informações que serão divulgadas, ou seja, a evidenciação ou *disclosure*, objetivo deste estudo, observa-se os seguintes pontos:

- A cooperativa deverá ter política de informações relevantes, de modo a impossibilitar que qualquer cooperado fique em desvantagem por não ter ciência de tal informação;
- Toda sociedade deve divulgar, pelo menos anualmente e com prévia aprovação do Conselho, suas políticas e práticas sociais, ambientais, de segurança do trabalho e saúde.
- O executivo principal e demais diretores são responsáveis pelo relacionamento transparente com as partes interessadas e deve prestar todas as informações que sejam pertinentes logo que estejam disponíveis.
- A Diretoria deve buscar a clareza e objetividade das informações, por meio de linguagem acessível ao público-alvo, abordando tanto aspectos positivos como aspectos negativos.
- A Diretoria deverá preparar para fins de publicação o Relatório Anual da Administração, baseado na seguinte estrutura: mensagem de abertura escrita pelo presidente do Conselho de Administração; relatório da administração e o conjunto das demonstrações contábeis, acompanhadas, quando for o caso, do parecer da auditoria independente e do Conselho Fiscal. Esse relatório envolve todos os aspectos da atividade empresarial, comparativamente com os exercícios anteriores e poderá apresentar, em especial:

- Descrição dos negócios, produtos e serviços;
- Comentários sobre a conjuntura econômica geral;
- Recursos humanos;
- Participações e remuneração dos conselheiros e diretores;
- Investimentos;
- Pesquisa e desenvolvimento;
- Novos produtos e serviços;
- Proteção ao meio ambiente;
- Práticas de Governança Corporativa;
- Reformulações administrativas;
- Investimentos em outras empresas;
- Perspectivas e planos para o exercício em curso e futuros.

Optou-se nessa pesquisa por avaliar o nível de *disclosure* voluntário das cooperativas de crédito. Para isso, foi utilizada como parâmetro para a análise a métrica desenvolvida por Murcia (2009) que também serviu de embasamento para outros estudos anteriormente citados.

3. METODOLOGIA

O método escolhido para a realização da pesquisa foi a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p.33): “ A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.” Considerando que os relatórios contábeis têm como objetivo informar as partes interessadas (*stakeholders*), sobre o patrimônio, práticas financeiras, econômicas e sociais de uma entidade, a análise de conteúdo, então, é apropriada para avaliar a quantidade e a qualidade das informações que chegam até seus usuários, uma vez que esta objetiva formular uma metodologia de pesquisa, visando descrever e interpretar o conteúdo e as informações de um determinado contexto proposto (MORAES, 2002 apud ALBERTON et. al. 2012).

Bardin (1977, p. 125) estrutura a análise de conteúdo em três fases cronológicas:

1. Pré-análise;
2. Exploração do Material (Codificação);
3. Tratamento e interpretação dos resultados (Elaboração dos Índices de avaliação);

O presente estudo organizou-se da seguinte forma:

- **Pré – Análise**

A princípio buscou-se o acesso as demonstrações financeiras das cooperativas de crédito goianas pertencentes ao sistema Sicoob. O sistema Sicoob é o mais representativo em Goiás, integrando por trinta e duas cooperativas singulares² do total de quarenta presentes no Estado. Por não estarem sujeitas a legislação das S.A's, no tocante a obrigação de publicação dos relatórios, foi necessário limitar a pesquisa ao material disponível em meio impresso e eletrônico, isto é, obtido através do contato com cada cooperativa buscando as prestações de conta a que os cooperados tem acesso, e ainda o *download* das demonstrações publicadas nos *sites* das cooperativas.

Assim, o material de pesquisa foi composto por 81 (oitenta e um) demonstrativos financeiros referentes ao período 2008-2011, de 28 (vinte e oito) cooperativas de crédito, conforme especifica o quadro abaixo:

² Fonte: Sicoob.com.br

Quadro 1: Material de Pesquisa

COOPERATIVAS	DEMONSTRATIVOS ANALISADOS (Ano exercício)
1. Juriscred	2008, 2009, 2010, 2011
2. Credseguro	2008, 2009, 2010, 2011
3. Crediforte	2008, 2009, 2010, 2011
4. Servcred	2008, 2010, 2011
5. CrediSgpa	2008, 2009, 2010, 2011
6. Vale do Rio Crixás	2008, 2009, 2010, 2011
7. Agrorural	2008, 2009, 2010, 2011
8. Cred-med	2009, 2010, 2011
9. Coopercred	2009, 2010
10. Credicapa	2009, 2010, 2011
11. Sicoob Empresarial de Rio Verde	2009, 2010, 2011
12. Sicoob Palmeiras	2009, 2010
13. Sicoob Mineiros	2008, 2009, 2010, 2011
14. Crediadag	2008, 2010
15. Crediaffego	2008, 2009, 2010, 2011
16. Lojicred	2008, 2009, 2010, 2011
17. Credicomigo	2008, 2011
18. Sicoob do Vale	2010, 2011
19. Secovicred	2008, 2009
20. Credisaúde	2009, 2010, 2011
21. Cooprem	2009
22. Coapil	2008, 2010
23. Credicelg	2008, 2009, 2010
24. Credipar	2010
25. Credijur	2008, 2009, 2010, 2011
26. Credicer	2009
27. Engecred	2009, 2011
28. Credi-Rural	2008, 2009, 2010, 2011

A seguir passou-se para o tratamento do material. Como parte deste constituía objeto impresso, foi necessária a conversão em arquivo digital com a finalidade de padronizar os procedimentos de análise. A informatização auxilia a análise de conteúdo, trazendo celeridade ao

processo e aumentando o rigor da investigação, entretanto não substitui o julgamento do pesquisador quanto ao contexto em que a unidade de registro está inserida (BARDIN, 1977, p.173).

- **Codificação do material**

A unidade de registro pode ser uma palavra, ou tema, considerada como unidade base para a categorização e contagem frequencial (BARDIN, 1977, p. 130). A intenção deste estudo foi atestar por meio da presença ou ausência de uma certa unidade de registro numa determinada unidade de contexto presente no relatório, a existência ou não da informação contábil, utilizando como parâmetro a métrica desenvolvida por Murcia et.al. (2009) para avaliar o nível de *disclosure* voluntário de uma entidade.

Para isso, o material digitalizado no formato *.pdf*, foi convertido em formato *.doc* com o auxílio do programa *PDF To Word Converter 3.0.3*, assim, usando a ferramenta ‘localizar’ do programa *Microsoft Word* foi possível averiguar a unidade de registro presente no texto, coube ao pesquisador, então, avaliar se a unidade de registro corresponde a respectiva unidade de contexto. Segundo Bardin (1977, p.133) “A unidade de contexto [...] são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro[...] pode ser a frase para a palavra ou o parágrafo para o tema”.

A métrica desenvolvida por Murcia et. al. (2009) para a avaliação do *disclosure* voluntário em empresas que possuem capital aberto, demonstrada abaixo no Quadro 1, apesar de ter sido desenvolvida para o estudo em S.A’s, foi utilizada para a análise das demonstrações das cooperativas por contemplar as recomendações do Código de boas práticas de governança corporativa e das Diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito, ambos utilizados como embasamento teórico para esta pesquisa. Cabe ressaltar que outros pesquisadores também valeram da métrica elaborada por Murcia et. al. (2009) para realizarem pesquisas sobre *disclosure* voluntário, é o caso de: Dagostini et. al. (2011); Alberto et. al. (2012); Hofer et. al. (2010).

Quadro 2: Métrica utilizada na análise

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Ambiente de Negócios	Efeitos dos eventos econômicos na empresa (taxa de juros, inflação, crises, guerra); Discussão do setor em que a empresa atua; Relacionamento com fornecedores; Satisfação dos clientes (cooperados); Identificação dos riscos do negócio; Exposição cambial;
Atividade Operacional	Narrativa da história da empresa; Estrutura organizacional; Aspectos tecnológicos da atividade operacional; Informações por segmento ou linha de negócio; Utilização da capacidade produtiva; Indicadores de eficiência; Quantidades produzidas e/ou serviços prestados;
Aspectos Estratégicos	Objetivos, planos e metas futuras da empresa; Perspectiva de novos investimentos; Política de reinvestimento dos lucros; Pesquisa e desenvolvimento; Discussão da qualidade dos produtos e serviços;
Informações Financeiras	Correção monetária; Informações detalhada sobre os custos dos produtos, serviços (CMV, CPV); Projeções (fluxo de caixa, vendas, lucros);
Índices Financeiros	Indicadores de liquidez (liquidez corrente, liquidez seca); Indicadores de endividamento (PL - Passivo, PC-PELP); EBITDA;
Governança Corporativa	Principais práticas de governança corporativa; Composição do conselho fiscal; Composição do conselho de administração; Identificação dos principais administradores; Remuneração dos administradores; Remuneração dos auditores; Relacionamento com os investidores (cooperados);

Adaptado de: Murcia et. al. (2009)

Destaca-se, que uma métrica exclusiva para a análise de *disclosure* voluntário nas demonstrações financeiras de cooperativas deve ser mais ampla, uma vez que como o *disclosure* compulsório mínimo é menor que o das companhias abertas, as demonstrações das cooperativas possuem informações voluntárias que já são compulsórias para as companhias abertas (DFC e DVA). (HOFER et. al. 2010). Além disso, as cooperativas de crédito tem uma estrutura específica, similar a das instituições financeiras, sofrendo influências de normativos do Banco Central e acordos internacionais, mas, a ausência de estudos nessa área inviabiliza a elaboração de um modelo próprio para este tipo de entidade, sendo essa a principal limitação da pesquisa.

Para reduzir o viés na utilização da métrica foram desconsideradas algumas subcategorias como: “demonstração de fluxo de caixa (DFC)”, por não mais se tratar de uma informação voluntária; “informações contábeis em *US GAAP* ou *IFRS*”, que não se aplicam a cooperativas; “*market share*”, “Preço ou valorização das ações por tipo (ON, PN)”, “Valor de mercado”, “Indicadores de rentabilidade (ROE, ROA)”, “Principais acionistas”, por serem incoerentes com os princípios que regem a atividade cooperativista: sociedade de pessoas e não de capital, organização que não visa lucro.

Para atestar ou não a presença das informações que correspondem as subcategorias da métrica, fez-se necessário a escolha das unidades de registro que serviriam de unidade básica para a busca no texto, assim foram determinadas palavras-chave ou palavras-temas (BARDIN, 1977, P.130) que representariam cada subcategoria, conforme o Quadro 2 demonstra:

Quadro 3: Subcategorias x Unidades de Registro

SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO	NUMERAÇÃO
Efeitos dos eventos econômicos na empresa (taxa de juros, inflação, crises, guerra)	Inflação/Crise/Cenário econômico	a
Discussão do setor em que a empresa atua	Setor Cooperativista/cooperativismo	b
Relacionamento com fornecedores	Relacionamento com fornecedores	c
Satisfação dos clientes (cooperados)	Satisfação dos cooperados	d
Identificação dos riscos do negócio	Riscos do negócio	e

Exposição cambial	Exposição Cambial/ Câmbio	f
Narrativa da história da empresa	Histórico da cooperativa	g
Estrutura organizacional	Estrutura organizacional/ Organização	h
Aspectos tecnológicos da atividade operacional	Aspectos tecnológicos da atividade da cooperativa/ Tecnologia	i
Informações por segmento ou linha de negócio	Segmento que a cooperativa atua/ ramo de atividade	j
Utilização da capacidade produtiva	Utilização dos recursos	k
Indicadores de eficiência	Eficiência/prestação de serviços	l
Quantidades produzidas e/ou serviços prestados	Volume de operações	m
Objetivos, planos e metas futuras da empresa	Objetivos, planos e metas da cooperativa	n
Perspectiva de novos investimentos	Novos investimentos	o
Política de reinvestimento dos lucros	Reinvestimento das sobras/Lucros	p
Pesquisa e desenvolvimento	Pesquisa e desenvolvimento/ capacitação/qualificação	q
Discussão da qualidade dos produtos e serviços	Qualidade/prestação dos serviços	r
Correção monetária	Correção monetária	s
Informações detalhada sobre os custos dos produtos, serviços	Custos dos serviços prestados/Custos	t
Projeções (fluxo de caixa, vendas, lucros)	Projeções/fluxo de caixa futuro/ sobras e perdas	u
Indicadores de liquidez (liquidez corrente, liquidez seca)	Indicadores de liquidez/liquidez corrente/liquidez seca	v
Indicadores de endividamento (PL - Passivo, PC-PELP)	Indicadores de endividamento	w
EBITDA	EBITDA / Lucro antes dos impostos	x
Principais práticas de governança corporativa	Práticas de governança corporativa	y
Composição do conselho fiscal	Conselho fiscal	z
Composição do conselho de administração	Conselho de administração	A
Identificação dos principais administradores	Principais administradores/ Diretoria Executiva	B
Remuneração dos administradores	Remuneração dos administradores	C

Remuneração dos auditores	Remuneração dos auditores	D
Relacionamento com os investidores (cooperados)	Relacionamento com os cooperados	E

Elaboração do autor.

- **Elaboração dos Índices de avaliação**

Definidos os parâmetros para a avaliação tratou-se de elaborar índices para a análise de conteúdo. Ficou estabelecido que seria atribuído nota 1 (um) para cada informação presente nos demonstrativos e 0 (zero) caso a informação não constasse no texto. Ao final, os pontos foram somados e divididos pelo total de subcategorias (31), obtendo assim, uma porcentagem de evidenciação ou *disclosure* em relação ao total avaliado:

$$\text{Índice de } disclosure \text{ voluntário} = \frac{\text{Total de pontos somados por demonstrativo}}{\text{Total de subcategorias (31)}}$$

A partir desse índice ou porcentagem foi estabelecido um *ranking*, dividido em *quartis*, classificado da seguinte forma:

0 a 25% - significa um nível de *disclosure* voluntário ruim;

25% a 50% - significa um nível de *disclosure* voluntário regular;

50% a 75% - significa um nível de *disclosure* voluntário bom;

75% a 100% - significa um nível de *disclosure* voluntário ótimo;

Como se tratava de uma amostra heterogênea, optou-se por analisar as demonstrações isoladamente, calculando a pontuação e o índice de *disclosure* voluntário para cada conjunto de demonstrativos anual da cooperativa, feito isso, foi calculada a média simples da pontuação dos demonstrativos de cada cooperativa, a fim de obter um índice único que pudesse ser usado como referência para a classificação do *ranking*.

Além da classificação, a média desses índices foi usada como referência para avaliar o nível de evidenciação geral das cooperativas de crédito goianas. Também foi calculada a média

aritmética entre os índices de todas as cooperativas no mesmo ano, para que fosse feita uma análise temporal a partir de um índice geral de *disclosure* voluntário.

Para auxiliar a identificação e posterior análise dos dados, foi elaborada uma planilha da seguinte forma:

Quadro 3: Planilha de trabalho

Cooperativa: <i>Exemplo</i>		Ano: 2009
Unidade de Registro	Presença/ ausência	Pontuação
a	+	1
b	+	1
c	-	0
...
g		
h		
...		
n		
o		
...		
s		
t		
...		
v		
u		
...		
z		
A		
B		
...		
Total de pontos:		2
Índice total de <i>disclosure</i> :		6%
Classificação: Ruim, Regular, Bom, Ótimo		Ruim

Elaboração do autor.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Com a conclusão da fase de coleta e tratamento dos dados das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito, foram obtidos, conforme os princípios que baseiam-se essa pesquisa, os seguintes resultados:

1. ANÁLISE POR COOPERATIVA – *RANKING*

- a. Nenhuma entre as vinte e oito cooperativas analisadas obteve um **ótimo** nível de *disclosure* voluntário;
- b. Nenhuma alcançou o índice de um **bom** *disclosure* voluntário;
- c. Nove tiveram um índice **regular** de *disclosure* voluntário;
- d. Dezenove tiveram um índice **ruim** de *disclosure* voluntário;

Conforme mostra o *ranking* completo:

Quadro 4: *Ranking* completo

Posição	Cooperativa	Índice de <i>disclosure</i>
1°	Credijur, Crediaffego, Credseguro, Credi-Rural, Agrorural, Crediforte	38,7%
2°	Vale do Rio Crixás, Sicoob Mineiros	33,8%
3°	Secovicred	27,4%
4°	Credi-SGPA, Credicer, Sicoob do Vale, Lojicred	22,6%
5°	Credisaúde, Juriscred,	11,8%
6°	Credcelg, Credicapa	11,3%
7°	Coapil, Credmed,	9,6%
8°	Credipar	8,6%
9°	Coopercred	7,2%
10°	Crediadag, Servcred	4,8%
11°	Cooprem, Sicoob Palmeiras	3,2%
12°	Credicomigo, Engecred, Sicoob Empresarial	0

Chama a atenção o fato de todas as cooperativas obterem um índice de *disclosure* voluntário inferior a cinquenta por cento, ou seja, das trinta e uma informações (subcategorias) listadas na métrica, menos de quinze estavam presentes nas demonstrações contábeis das

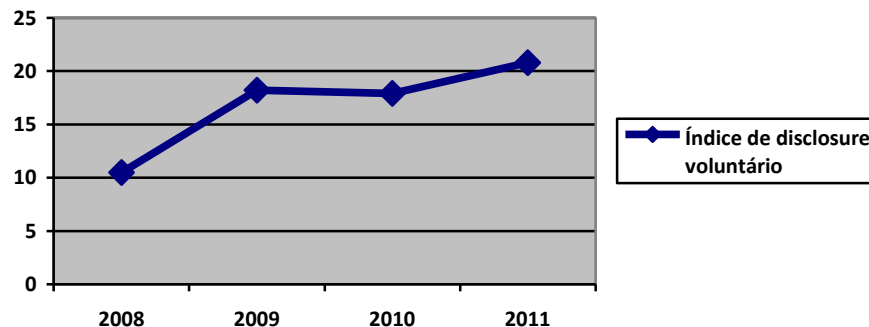
cooperativas. Do total de vinte e oito, três não evidenciaram nenhuma informação voluntariamente. Fazendo uma média, obtem-se que, se observado as 28 cooperativas analisadas, conforme a metodologia deste trabalho, pode-se afirmar que as cooperativas goianas mantêm um nível ruim de *disclosure* voluntário, com um índice médio de **18,1%**.

2. ANÁLISE TEMPORAL – MÉDIA DOS ÍNDICES POR ANO

Calculando a média entre os índices dos demonstrativos de cada ano, pode-se dizer que:

- a) Em 2008, as cooperativas de crédito obtiveram um índice de **14,7%**, o que significa um índice **ruim** de *disclosure* voluntário, conforme os critérios da pesquisa;
- b) Em 2009, a média dos índices das cooperativas ficou em **18,2%**, também considerado **ruim** para os parâmetros definidos;
- c) Em 2010, a média de *disclosure* voluntário foi de **17,9%**;
- d) Em 2011, obteve-se o resultado de **20,8%** de índice de *disclosure* voluntário para as cooperativas de crédito goianas.

O gráfico abaixo mostra a variação do índice de *disclosure* voluntário ao longo dos quatro anos que compreende o material da pesquisa:



A partir da análise do gráfico, é possível observar um aumento do índice de *disclosure* a partir de 2009, esse aumento sugere uma melhoria na qualidade das demonstrações nos anos

decorrentes as alterações estabelecidas pela Lei 11638/07, sobretudo, são necessários estudos mais aprofundados para que essa afirmação seja atestada com rigor.

Terminada essa fase de análise de índices, passamos a algumas observações do pesquisador, acerca das informações mais presentes nos relatórios, de acordo com as categorias que constam na métrica de avaliação:

AMBIENTE DE NEGÓCIOS:

Referente a esta categoria, a informação mais presente nos relatórios das cooperativas de crédito analisadas foi a identificação de riscos do negócio, que constou em quarenta e oito dos oitenta e um relatórios considerados. A distribuição das cooperativas por informação ou subcategoria foi assim:

Subcategoria (Numeração)	Descrição	Quantidade de cooperativas por informação
a	Efeitos dos eventos econômicos na empresa (taxa de juros, inflação, crises, guerra)	6
b	Discussão do setor em que a empresa (cooperativa) atua	9
c	Relacionamento com fornecedores	4
d	Satisfação dos clientes (cooperados)	0
e	Identificação dos riscos do negócio	25
f	Exposição cambial	4

Nenhuma cooperativa demonstrou alguma informação acerca da satisfação dos seus cooperados, esse fato sugere a ausência de *feedback* ou falta de comunicação entre os cooperados e a administração da cooperativa.

ATIVIDADE OPERACIONAL:

Sobre suas atividades operacionais, as evidenciações se concentraram em três subcategorias, do total de sete consideradas pelo parâmetro de análise: a história da cooperativa, a

estrutura da organização e a discussão sobre o setor que a cooperativa atua; vinte e duas cooperativas trouxeram informações sobre o início de suas atividades e o desenvolvimento delas ao longo dos anos, e somente a Coapil relatou brevemente sobre o mercado de leite e derivados a que está sujeita.

Subcategoria (Numeração)	Descrição	Quantidade de cooperativas por informação
g	Narrativa da estória da empresa (cooperativa)	21
h	Estrutura organizacional	15
i	Aspectos tecnológicos da atividade operacional	0
j	Informações por segmento ou linha de negócio	1
k	Utilização da capacidade produtiva	0
l	Indicadores de eficiência	0
m	Quantidades produzidas e/ou serviços prestados	0

ASPECTOS ESTRATÉGICOS:

Esta categoria diz respeito ao planejamento da cooperativa, envolve planos e metas, projeções, política de reinvestimentos dos lucros, investimentos em pesquisa e a discussão sobre a qualidade dos serviços prestados. Entre as subcategorias consideradas, a única que não houve menção por parte de nenhuma cooperativa foi a política de reinvestimento dos lucros ou sobras.

A informação que maior parte das cooperativas – vinte e duas -, optou por citar em seus demonstrativos foi o plano de metas, seguido pelos investimentos em pesquisa e desenvolvimento – dezoito.

Subcategoria (Numeração)	Cooperativas que evidenciaram cada informação	Quantidade de cooperativas por informação
n	Objetivos, planos e metas futuras da empresa	22
o	Perspectiva de novos investimentos	7
p	Política de reinvestimento dos lucros	0
q	Pesquisa e desenvolvimento	18
r	Discussão da qualidade dos produtos e serviços	7

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS:

Sobre as informações financeiras, quinze cooperativas citaram a correção monetária nos seus relatórios, vale dizer que esta informação encontra-se em forma “padrão” em todos os demonstrativos que esteve presente. Projeções de lucros, receitas de serviços, e informações sobre o custo dos serviços prestados, não foram encontradas.

Subcategoria (Numeração)	Cooperativas que evidenciaram cada informação	Quantidade de cooperativas por informação
s	Correção monetária	15
t	Informações detalhada sobre os custos dos produtos, serviços	0
u	Projeções (fluxo de caixa, vendas, lucros)	0

ÍNDICES FINANCEIROS:

Quanto aos índices financeiros, acontece a situação mais notável entre todas, já que nenhuma cooperativa divulgou índices de liquidez, endividamento e EBITDA.

Subcategoria (Numeração)	Cooperativas que evidenciaram a informação	Quantidade de cooperativas por informação
v	Indicadores de liquidez (liquidez corrente, liquidez seca)	0
w	Indicadores de endividamento (PL - Passivo, PC-PELP)	0
x	EBITDA	0

GOVERNANÇA CORPORATIVA:

Dos critérios que compõem a categoria “governança corporativa”, foi constatado que a composição dos conselhos fiscais e de administração são amplamente divulgados pelas cooperativas, estando presente em vinte e quatro demonstrativos contábeis, ou seja, vinte e quatro

cooperativas. Nesse aspecto, algumas cooperativas divulgaram ainda a identificação dos principais administradores e o relacionamento com os cooperados.

Subcategoria (Numeração)	Cooperativas que evidenciaram cada informação	Quantidade de cooperativas por informação
y	Principais práticas de governança corporativa	0
z	Composição do conselho fiscal	24
A	Composição do conselho de administração	24
B	Identificação dos principais administradores	
C	Remuneração dos administradores	0
D	Remuneração dos auditores	0
E	Relacionamento com os investidores (cooperados)	13

Em relação as categorias de informações, constata-se que as informações sobre “governança corporativa” estão presentes em maior parte dos demonstrativos das cooperativas, pois vinte e cinco entre as vinte e oito analisadas evidenciaram em seus relatórios pelo menos uma subcategoria referente a este tema. Já a categoria “ambiente de negócios” possui o maior índice de *disclosure* entre todas categorias. Entre todas as informações a que esteve presente em maior parte dos relatórios foi a “identificação de riscos do negócio”, foi encontrada em quarenta e oito dos oitenta e um relatórios considerados.

Além, das informações sobre “índices financeiros”, as quais não houve representação, no que diz respeito as “informações financeiras”, isto é, projeções de lucros e custo dos serviços, os demonstrativos são deficientes.

Contudo, como já foi dito, as cooperativas de crédito goianas, mantém um nível de *disclosure* voluntário **ruim**, mediante o índice médio de 18,1% calculado a partir dos critérios metodológicos estabelecidos para este trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pesquisa exploratória, a função deste estudo foi conhecer melhor o ambiente em que se desenvolve a atividade cooperativista. O cooperativismo difunde valores importantes e promove o desenvolvimento regional, daí a importância de estudos nessa área, com intuito de favorecer a expansão dessa atividade.

As cooperativas, bem como as demais entidades, tem como principal e legítima fonte de informação sobre suas condutas as demonstrações contábeis, que devem ser claras, e completas, contendo informações que possam influenciar no processo de tomada de decisões dos usuários internos e externos.

Nesse sentido, foi abordado a forma e a qualidade com que as informações contábeis estão sendo evidenciadas nos relatórios contábeis. Os princípios cooperativistas, o Código de Boas Práticas de Governança Corporativa concordam com a Teoria Contábil, no sentido de que os administradores de uma entidade, seja qual for, devem cultivar o “desejo de informar”, e não fazê-lo somente para cumprir determinações legais.

Avaliar a quantidade e qualidade de informações que devem constar nos relatórios contábeis depende de critérios subjetivos que determinam entre outras características a relevância da informação. A legislação vigente determina uma série de requisitos que devem conter nos demonstrativos, entretanto, é notável que quanto maior o nível de evidenciação, menor a assimetria informacional, prevenindo os conflitos de agência, criando uma relação de confiança entre a cooperativa e seus cooperados.

As companhias abertas utilizam o *disclosure* voluntário como forma de se diferenciar das demais no mercado de capitais e estabelecer um vínculo forte com seus acionistas. Mesmo estando alheias a essa disputa de mercado, as cooperativas tem compromisso com a transparência e melhores práticas de gestão. Dessa forma, foi avaliado o nível de *disclosure* voluntário das cooperativas de crédito e como parâmetro para essa avaliação foi utilizada a mesma métrica usada para avaliar as companhias abertas.

Entre as vinte e oito cooperativas analisadas, constatou-se que vinte e cinco divulgaram ao menos uma das 31 (trinta e uma) informações consideradas na métrica. Sendo que dessas vinte e oito, nenhuma sequer alcançou um bom nível de *disclosure* voluntário. Conclui-se que, no geral, as cooperativas de crédito goianas, mantêm um nível de *disclosure* voluntário **ruim**, mediante o

índice médio de **18,1%** calculado a partir dos critérios metodológicos estabelecidos para este trabalho.

Foi observado ainda que entre as subcategorias da métrica, a mais presente nos relatórios financeiros das cooperativas refere-se ao risco do negócio, seguido das informações sobre o conselho fiscal e conselho de administração. A análise por categoria é importante, pois, com esse detalhamento foi possível observar com clareza as principais deficiências de cada relatório analisado.

A principal limitação deste trabalho está em utilizar uma medida de avaliação de *disclosure* de companhias abertas para avaliar cooperativas de crédito, que possuem estrutura similar a de uma instituição financeira, com particularidades em relação as demais entidades. A ausência de estudos nessa área, ao mesmo tempo em que dificulta a pesquisa, justifica a realização da mesma, trazendo a tona o interesse pelo assunto. Assim, a elaboração de uma métrica específica para a análise de *disclosure* de cooperativas de crédito segue como sugestão para novos estudos.

Outro problema consiste no entendimento, por parte dos cooperados, das demonstrações contábeis como fonte de informações Sobrinho et. al. (2009, p.147) cita que em pesquisa realizada com os cooperados 91% dizem ter acesso aos demonstrativos, mas apenas 51% de fato compreendem as informações ali dispostas. Tal afirmação revela o quanto são importantes estudos em relação a atividade cooperativista, no sentido de trazer uma linguagem mais clara aos demonstrativos, com a intenção de assegurar que eles atendam a demanda de informações por parte dos cooperados.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Luiz; et. al. **Práticas de Disclosure Voluntário das Empresas do Setor Elétrico: Uma Análise a partir do Modelo de Murcia**. Rio de Janeiro: Enanpad, 2012. Disponível em < <http://www.academicoo.com/disclosure-contabil>> Acesso em: 30/01/2013.

BARDIN, Laurence; **Análise de Conteúdo**. 5ª edição. Presses Universitaires de France: Edições 70, 1977.

BEUREN, Ilse Maria; et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL, Banco Central. **Resolução Normativa n. 3859/2010**. Brasília: BCB, 2010.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei n. 5764 de 16 de dezembro de 1971**. Brasília: Diário Oficial da União, 1971.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei Complementar n. 130 de 17 de abril de 2009**. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

DANTAS, José Alves; et. al. **A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação**. USP: 2009. Disponível em < <http://www.academicoo.com/disclosure-contabil>> Acesso em: 05/02/2013.

DAGOSTINI, Luciane; et. al. **Evidenciação Ambiental voluntária em empresas com boas práticas de governança corporativa listadas na BMF&BOVESPA**. FURB: 2011. Disponível em < <http://www.academicoo.com/disclosure-contabil>> Acesso em: 19/01/2013.

FILHO, Francisco de Assis Ferreira; NETO, Sigismundo Bialorski; TRINDADE, Marina Teixeira. **Análise do Desempenho Financeiro das Cooperativas de Crédito Brasileiras nos**

últimos 10 anos. V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo. Ribeirão Preto: FEARP-USP, 2008.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária aplicável à todas as sociedades.** São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 1ª edição. São Paulo: Atlas, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 4ª edição. São Paulo: IBGC, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade:** uma nova abordagem. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1990.

MEINEN, Ênio. **Cooperativismo de crédito: raízes evolução e particularidades.** In: MEINEN, E.; DOMINGUES, J. N.; DOMINGUES, J. A. S. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro.** Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2002.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas.** Conselho Federal de Contabilidade: Brasília, 2002.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBC T 6 – Divulgação das Demonstrações Contábeis.** Conselho Federal de Contabilidade: Brasília, 1992.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito:** história da evolução normativa no Brasil. 6ª edição. Brasília: BCB, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e as doutrinas da contabilidade**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 3ª edição. São Paul: Atlas, 2002.

SANTOS, Ariovaldo dos; MURCIA, Fernando Dal-Ri. **Fatores determinantesdo nível de disclosure voluntário das companhias abertas do Brasil**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. Brasília, volume 3, maio/ago. 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHULTZ, Charles Albino; HOFER, Elza; MARQUES, Tatiane Oliveira. **Análise do nível de disclosure voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais em cooperativas do setor agropecuário**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010. Disponível em <<http://www.academicoo.com/disclosure-contabil>> Acesso em: 05/02/2013.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SICOOB FRUTAL, **História Do Cooperativismo De Crédito No Brasil**. Disponível em: <<http://www.sicoobfrutal.com.br/php/noticia.php?id=32>>. Acesso em 01/12/2012.

SILVA, Emanuel Sampaio; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **Descentralização financeira e ação das cooperativas de crédito: Análise e reflexão sobre o modelo brasileiro**. Universidade Federal Rural de Pernambuco: 2004.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para a iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo et. al. **Governança Cooperativa – Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito.** 1ª edição, Brasília: BCB, 2009.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Sociedades Cooperativas – Resumo Prático.** 8ª edição, Curitiba: Juruá, 2008.